

A relevância da interpretação das demonstrações contábeis para a continuidade empresarial

Thiago Quintela Resende
thiago-quintela@live.com
UNASP-EC

Luis Phelipe de Souza Santos
luis_roguetrooper@hotmail.com
UNASP-EC

Luis Fernando da Rocha
luis.rocha@unasp.edu.br
UNASP-EC

Wilton Moisés Modro
wilton.modro@unasp.edu.br
UNASP-EC

Resumo: O ambiente empresarial possui variantes internas e externas que necessitam de atenção especial dos gestores para manter a continuidade do negócio. A contabilidade se destaca como a área responsável por elaborar os relatórios que apresentam as informações necessárias para o controle e a gestão dos aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais das entidades, além de contribuir diretamente com ideias e soluções para eventuais indagações dos gestores. O objetivo deste trabalho é apresentar a utilidade dada pelos gestores às informações provenientes dos relatórios contábeis, tal como destacar o papel que o contador assume quanto ao auxílio na sua interpretação. O método utilizado consiste em uma pesquisa descritiva, com apuração dos resultados seguindo uma abordagem qualitativa, sendo os dados coletados por meio de um levantamento junto aos gestores de Micro e Pequenas Empresas, clientes de dois escritórios contábeis na Região Metropolitana de Campinas. Os resultados obtidos no trabalho foram ao encontro do que se esperava na idealização da pesquisa. Observou-se que grande parte dos gestores consideram que as informações contábeis são importantes no processo decisório, no entanto, a maioria respondeu que a experiência pessoal adquirida pela vivência no mundo empresarial justifica quase todas as decisões que são tomadas. No que se refere ao preparo técnico dos gestores para a condução de uma empresa, nota-se que a maioria dos gestores que responderam o questionário não buscam conhecimento das áreas financeiras e administrativas para maximizar resultados, proteger o patrimônio ou atingir objetivos de expansão das empresas, seja por falta de tempo ou de interesse, sendo que apenas dois possuem formação acadêmica de nível superior.

Palavras Chave: Continuidade - Controle - Gestão - Informações - Interpretação

1. INTRODUÇÃO

O conceito de contabilidade, mesmo que de forma rudimentar, é conhecido desde os primórdios da humanidade, onde o homem primitivo fazia uso de algumas formas de escrituração para controlar, por exemplo, o número de seus animais e equipamentos. Esse conceito básico evoluiu com o passar dos anos, e chega à contabilidade atual, uma área regida por princípios e normas que possui uma vasta gama de ferramentas e relatórios que são capazes de dar suporte na gestão patrimonial, financeira e econômica, dentre outras áreas que compõe a estrutura de uma empresa. Conforme descreve Schmidt (2000), antes mesmo do homem desenvolver a civilidade, a contabilidade já se manifestava, e perseguiu a evolução humana durante a história, revelando que o pensamento contábil, em termos de espaço e tempo, é produto do meio social de seus usuários.

O objeto de estudo da contabilidade é o Patrimônio das entidades/empresas ou das pessoas. O Patrimônio passa por constantes transformações, oriundas dos movimentos que ocorrem nos ambientes internos e externos, dessa forma, todos os esforços da Contabilidade tem a finalidade de administrar esses recursos, registrando os fatos e produzindo informações que possibilitem ao responsável pela gestão dos mesmos, o controle e o planejamento dos passos a serem dados pela empresa, sempre buscando a sua expansão e minimizando os riscos para sua continuidade. Franco (1997), enfatiza que o objeto da contabilidade é o patrimônio e seu campo de aplicação, em entidades que possuem objetivos econômicos ou sociais, que utilizam bens patrimoniais, e carecem de um órgão administrativo para executar os atos econômicos e financeiros necessários a seus fins.

Segundo Sá (1990), em tempos passados o patrimônio era conceituado apenas como “propriedade”, mas com a evolução da teoria contábil, atualmente conceitua-se o patrimônio como um conjunto de haveres e débitos. De acordo com a Resolução n. 1.374 do Conselho Federal de Contabilidade (2011), a posição patrimonial e financeira de uma entidade é mensurada através dos elementos: Ativos (recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade); Passivos (uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos); e Patrimônio Líquido (é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos).

De acordo com Nascimento e Reginato (2007), o ambiente empresarial apresenta variáveis que dificultam a manutenção de um equilíbrio, dessa forma, toda e qualquer mudança que ocorre neste ambiente afeta a empresa, o que deve impulsionar os gestores a buscarem conhecimento sobre este meio para que as decisões proporcionem resultados positivos que contribuam com o crescimento e continuidade do negócio. Para conseguir ter controle sobre o patrimônio, a contabilidade possui alguns relatórios, chamados de demonstrações contábeis, que exprimem de forma resumida e objetiva, quantitativa e qualitativa, todos os seus componentes, e servem para ver evoluções patrimoniais ou de resultado, fazer projeções, analisar custos, dentre outras utilidades.

Mesmo que as demonstrações tenham esse papel de destaque dentro do cotidiano de uma empresa, não significa que apenas sua elaboração é o suficiente, já que é necessária a interpretação de seus resultados, que dão os significados para os números, significados esses que embasam as decisões que serão tomadas no futuro. Segundo Assaf (2002), através das

demonstrações contábeis de uma empresa encontra-se informações sobre a posição econômica, patrimonial e financeira da mesma, o que permite fazer uma análise de suas particularidades para que esses dados se tornem um diferencial estratégico no mercado.

De acordo com Pinto et al. (2018), a maioria das empresas apenas utilizam a contabilidade e seus recursos diante da obrigatoriedade imposta pela legislação, e embora tenham um profissional contábil à disposição, não se interessam em atribuir-lhe funções relacionadas ao controle organizacional ou na elaboração de relatórios que auxiliem no processo de gestão, e tampouco utilizam informações provenientes dos relatórios contábeis em suas decisões. Dessa forma, o contador não é visto como um consultor, mas apenas como o profissional que realiza recolhimento de impostos, elabora a folha de pagamentos e cumpre outros aspectos legais, sem grande influência nos processos de tomada de decisão. Diante desse contexto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a opinião dos Micro e Pequenos Empreendedores, clientes de escritórios contábeis na Região Metropolitana de Campinas, em relação à utilidade das informações contábeis para a gestão?**

Em face do que foi exposto anteriormente, relacionado com as decisões organizacionais, o objetivo deste trabalho é apresentar a utilidade dada pelos empresários/gestores às informações provenientes dos relatórios contábeis, tal como destacar o papel que o contador assume quanto ao auxílio na sua interpretação. Marion (2012), ressalta que por falta de assessoria ou mesmo por desconhecimento das informações geradas pela contabilidade, as pequenas empresas tomam algumas decisões sem fundamentos técnicos, baseados em experiência, e muitas vezes produzem resultados negativos. Dessa forma, faz-se necessário o auxílio da contabilidade não apenas na elaboração dos relatórios, mas também na sugestão de ações, na elaboração de objetivos, etc.

A escolha do tema abordado se justifica relevante socialmente pelo fato de que ainda há desinformação por parte de alguns empresários quanto aos benefícios que a contabilidade proporciona, que vão além dos aspectos legais, podendo assumir destaque também no campo gerencial. Segundo Pinto et al. (2018), muitos gestores são os proprietários das empresas que administram, sendo que grande parte deles ainda não ingressou no ensino superior, e são justamente eles que demonstram menor interesse em aplicar a contabilidade e seus recursos nos processos decisórios.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A RELEVÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA A ECONOMIA

De acordo com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2020), existem aproximadamente 3.933.000 Micro e Pequenas Empresas em atividade no Brasil, e elas são responsáveis por quase metade dos empregos formais. Além disso, foi constatado que as Micro e Pequenas Empresas são responsáveis pela geração de aproximadamente 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, se tornando uma das principais geradoras de riqueza do país, tendo destaque principalmente nos setores de comércio e serviços, que somados contribuem com 23% dos 30% do PIB nacional. Com base nesses números, torna-se evidente a importância que esses empreendimentos têm sobre a economia do país quando analisados não individualmente.

De fato as médias e grandes empresas contribuem expressivamente, de forma individual, para os resultados econômicos do país, porém os números dos pequenos empreendimentos se tornam relevantes quando analisados em conjunto. Além disso, esses

empreendimentos ajudam também no giro da economia local, já que eles são geralmente voltados para consumidores finais da própria região onde se encontram. De acordo com Everton (2017), se as micro e pequenas empresas conseguirem se expandir, podem produzir mais vagas de emprego, contribuindo para o próprio crescimento e da economia. Everton (2017), ainda pontua que o desenvolvimento de um empreendimento condiciona de forma virtuosa a melhora na qualidade de vida dos envolvidos no processo, não apenas dos contratados, mas para todos os que participam direta ou indiretamente desses movimentos, e geralmente, proporciona ganhos na relação capital-trabalho para todos os lados.

Embora pareça simples diferenciar as Micro e Pequenas Empresas das Médias e Grandes Empresas, na prática esses conceitos são mais técnicos, exigindo alguns critérios para serem empregados na avaliação, e são regidos pela legislação brasileira. Segundo a Lei Complementar n. 155 (2016), a classificação de uma empresa como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte é definida de acordo com o seu faturamento bruto anual (independente das despesas). Dessa forma, classifica-se como Micro empresa toda sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual ou responsabilidade limitada e o empresário individual que obtenha um faturamento anual de até R\$ 360.000,00, e como Pequena empresa toda a sociedade empresária simples, empresa individual ou responsabilidade limitada e o empresário individual que obtenha um faturamento anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

De acordo com o SEBRAE (2014), o porte de uma empresa pode ser classificado de duas maneiras: pela receita auferida, como mencionado anteriormente, e também pelo número de pessoas ocupadas na mesma. De acordo com Pereira (2019), muitos empreendedores não participam ativamente na definição do porte de sua empresa, já que essa atividade envolve muita burocracia, além de causar confusão para quem não domina o assunto, dessa forma faz-se necessário o auxílio de um profissional especializado para fazer a escolha mais oportuna.

2.1.1 PROCESSO DE GESTÃO

No atual ambiente globalizado, a competitividade por espaço no mercado não tem fronteiras, já que a concorrência se torna mundial. Assim sendo, para que uma empresa alcance um bom desempenho, é necessário que o gestor tenha atenção e conhecimento sobre vários detalhes essenciais que a faça ter algum diferencial em meio aos concorrentes e ser atrativa aos consumidores. O gerenciamento é um elemento chave para o sucesso de qualquer empresa, independente de seu tamanho, já que todas as etapas dos processos administrativos estão nas mãos de seus gestores, mesmo que de formas diferenciadas. Segundo Ianni (2007), a globalização promove uma nova visão sobre trabalho, produção e comércio. O que antes era principalmente nacional se torna um produto global, seja na tecnologia, no capital, força de trabalho, dentre outros, contribuindo para uma melhor inserção das empresas no mercado, a custo de uma competitividade maior.

Em circunstância das condições e obrigações estabelecidas dentro do cenário nacional referente aos processos para a iniciação do empreendedorismo, a burocracia, a alta carga tributária e a dificuldade de obter investimentos em um primeiro momento se tornam barreiras para o desenvolvimento deste tipo de negócio tão fundamental para a economia. Frente a esse panorama, fica evidente que a gestão é fundamental para que as empresas consigam melhorar seus resultados, não apenas obtendo lucro, mas criando uma boa identidade frente aos clientes, fornecedores, pessoal de apoio, além de se manter em legalidade perante as leis vigentes. Queiroz (2005), reforça que não basta apenas produzir ou vender bem, mas antes de tudo saber

administrar tempestivamente os onerosos e escassos recursos da empresa. Toda empresa tem por objetivo principal a geração de lucro, e para que isso aconteça, é fundamental que haja um bom controle dos aspectos econômicos e financeiros da mesma.

A gestão empresarial tem por objetivo controlar os processos de uma empresa, organizar e aprimorar os recursos humanos a fim de aumentar a produtividade, fazer o controle financeiro focando nos objetivos estabelecidos, criar um planejamento estratégico para manter uma constante de produtividade, implementar ideias de expansão, gerir estoques para evitar desperdícios de recursos a fim de alcançar o máximo de eficiência, dentre outros. Segundo Moraes e Oliveira (2011), os departamentos de produção, comercial e financeiro são setores estratégicos para contribuir com a saúde das empresas. Dessa forma o gestor financeiro, além de utilizar as ferramentas de gestão, deve buscar constantemente o aprimoramento de suas habilidades para aumentar sua capacidade de interpretar e executar seus planos de forma adequada, em meio as constantes mudanças que ocorrem no mercado.

2.1.2 FATORES PREPONDERANTES PARA O SUCESSO OU FRACASSO DE EMPRESAS

Ainda hoje, alguns gestores acreditam que somente as Médias e Grandes Empresas precisam utilizar a contabilidade como ferramenta de gestão, fonte de informação e orientação. Segundo Ferronato (2015), o profissional contábil não desperta nos pequenos empresários a reflexão sobre as necessidades gerenciais, mas é visto apenas como um fornecedor de demonstrações, indo ao encontro apenas a demandas imediatas ou fiscais.

Segundo Crepaldi (2012), as empresas de pequeno porte normalmente são administradas por seus sócios, que até possuem formação técnica ligada à área de seu negócio, porém não possuem instrução quanto aos aspectos financeiros, econômicos, de gestão, dentre outros, o que pode ser determinante para o futuro de uma empresa, indo à falência logo em seus primeiros anos de vida.

Wahlmann (2003), com base nos dados auferidos em seu trabalho, constatou que alguns empreendedores administram suas empresas na busca por seus objetivos baseados em uma qualificação adquirida pela experiência, e não em técnicas baseadas no conhecimento científico. Apesar de constatar em seu estudo que alguns gestores possuem experiência profissional e conhecimento do mercado em que se insere, a preocupação principal deles está em torno das receitas de venda, desconsiderando os conceitos de custos, desejam o crescimento, mas com pouca visão estratégica e demonstram pouco interesse em adquirir novos conhecimentos das áreas financeiras para empregarem no negócio.

Crepaldi (2012), reforça que a contabilidade gerencial se dedica a administração das empresas, fazendo o uso das informações geradas pela contabilidade através de seus relatórios, com a finalidade de auxiliar os gestores na execução de suas funções, após a análise de todas as possibilidades econômicas e financeiras provenientes dos relatórios gerenciais. Segundo Monteiro e Barbosa (2011), diante do desejo dos empresários de obter sucesso em meio à concorrência, faz-se necessário conhecer técnicas de gestão relativamente complexas, e se manter em constante aprendizado.

De acordo com a Resolução do CFC n. 1.374 (2011), pelo princípio contábil da Continuidade, toda empresa é fundada sem um prazo para acabar, com o intuito de ser perene, dessa forma, a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância. Contudo, por falta de capacidade técnica e pela falta de aperfeiçoamento

constante por parte de seus gestores, muitas empresas são extintas. De acordo com o SEBRAE (2016), diversos fatores influenciam nos resultados de uma empresa, tais como as características de seus proprietários e/ou gestores quanto aos métodos de planejamento, gestão, atitude empreendedora, além de outros elementos como a localização da empresa, sua infraestrutura, e etc.

De acordo com o SEBRAE (2008), as Micro e Pequenas empresas encontram muitas barreiras na gestão de seu patrimônio devido às dificuldades financeiras, dificuldades de acesso ao mercado, dentre outras, entretanto, essas dificuldades se dão principalmente pelas condições de fragilidade no momento da iniciação do negócio, que ocorrem sem o planejamento adequado sobre o perfil da empresa, dos clientes e sua constituição, além de pouco controle quando está em atividade, por exemplo. Levando em consideração que somente o fator preço não é mais suficiente para se manter em atividade, todos esses aspectos precisam ser trabalhados para se obter êxito.

2.2 CONTABILIDADE

Franco (1950, p.8-9), define que “a contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio azidental em seus aspectos estático e dinâmico [...] Ela objetiva estudar esse patrimônio não somente enquanto se acha em constante movimentação, mas também em seu aspecto estático, isto é, em determinado momento”. Ainda de acordo com Franco (1950), a contabilidade não se limita a números e registros que acontecem no patrimônio, e como toda ciência social, é sempre relativa, relacionando causas e efeitos, estabelecendo leis, podendo adquirir um poder de previsão sobre os fatos em questão.

Dessa forma, nota-se que a ciência contábil se ajusta e evolui de acordo com os movimentos da sociedade, das necessidades dos usuários ou de alterações na legislação, além de que não há padrões quanto a sua utilidade dentro do meio empresarial, ou seja, cada empresa possui um perfil próprio, e todos os processos de controle e gestão devem ser voltados para o seu caso específico.

Para a elaboração de qualquer relatório contábil, é preciso que os movimentos que ocorrem na empresa sejam registrados, e esse registro é chamado de escrituração, que deve ser elaborado norteado pelos princípios contábeis, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução do CFC n. 1.330 (2011). Após a conexão desses dados escriturados, é possível montar os relatórios de forma estruturada e confiável, criando um panorama patrimonial e de resultado, passível de interpretação.

Segundo a Lei n. 11.638 (2007), artigo. 176, ao fim de cada exercício social, a diretoria deve elaborar, de acordo com a escrituração contábil, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: 1) Balanço Patrimonial; 2) Demonstração do Resultado do Exercício; 3) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados; 4) Demonstração do Fluxo de Caixa; 5) Sendo companhia aberta, a Demonstração do Valor Adicionado.

O Balanço Patrimonial (BP), e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) são as mais conhecidas dentre as demonstrações contábeis. No BP, são registrados todos os recursos ativos, passivos e patrimônio líquido. A partir de sua determinação, é possível obter uma noção realista sobre a atual situação financeira e patrimonial de uma organização. Já a DRE apresenta as receitas realizadas em um período, subtraídas de despesas necessárias para

gerar esses recursos para a empresa. Ao final dessa conta, deduzindo os tributos sobre o lucro, encontra-se o resultado do exercício, que pode ser lucro ou prejuízo.

Diante disso, é notório que os relatórios contábeis são considerados por muitos empresários, de forma equivocada, apenas como um detalhe legal e burocrático, e mesmo quando elaborados, muitas vezes não são utilizados em seu propósito original de fornecer informações relevantes que contribuam para o melhor desempenho da entidade.

De acordo com Fonseca, Taroco, Nazareth e Ferreira (2014), o contador deve constantemente aprender e se atualizar para executar seu trabalho com precisão, gerando informações para os usuários internos e externos e contribuindo para o crescimento tanto da organização em que trabalha, quanto da sociedade. O contador moderno deve ter uma visão ampla, ser ágil, flexível, comprometido e organizado no atual cenário altamente competitivo.

Mesmo que o contador não seja necessariamente o administrador de uma empresa, é ele quem deve fornecer informações aos gestores, esclarecer eventuais dúvidas, e contribuir também com sugestões de ações e metas para o melhor desempenho da mesma. Embora o cuidado com os aspectos fiscais devam ser bem trabalhados, o contador não pode se limitar a esses processos e ficar engessado em uma atividade sem contribuir para o crescimento da entidade. Segundo Fernandes, Klann e Figueredo (2011), “percebe-se que a Contabilidade Gerencial, no seu escopo, é estratégica, posicionando-se nos níveis mais altos do processo de gestão. Quanto à abrangência, nota-se que toda organização pode se beneficiar das informações geradas”.

De acordo com Cavalcante (2017), o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas é elaborado a partir da interpretação das demonstrações contábeis, comparando e confrontando os registros de períodos passados com os resultados atuais e avaliando esses resultados com as metas e diretrizes preestabelecidas, além de ser útil para comparar com as tendências regionais ou do segmento em que a empresa se enquadra e avaliar se há necessidade de realizar alguma mudança nas diretrizes ou metas da empresa. A boa avaliação desses aspectos possibilita aos gestores mais precisão em suas decisões, seja na área operacional e de vendas, quanto em necessidades de investimentos ou financiamentos.

Segundo Fernandes, Klann e Figueredo (2011), as informações contábeis tem como alvo os gestores da organização, que diante da complexidade das divisões organizacionais em seus processos de departamentalização, necessitam de ferramentas que mensure o desempenho de todos os setores ou unidades, e é importante que os gestores saibam se as estratégias executadas estão suprindo as necessidades envolvidas, cumprindo assim seus objetivos. Diante disso, percebe-se que a interpretação das demonstrações contábeis é extremamente relevante para expor possíveis pontos onde estão sendo desperdiçados recursos, saber se a empresa pode e/ou precisa aumentar suas vendas e se isso terá impacto positivo em seu resultado líquido, verificar os prazos de pagamento e recebimento e os impactos deles no fluxo de caixa, dentre outras utilidades dentro de uma organização.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com as características fundamentadas neste trabalho, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. De acordo com Andrade (2006), na pesquisa descritiva o pesquisador observa, registra, analisa, classifica e interpreta os dados coletados da população em estudo, sem interferir ou manipular os fenômenos envolvidos.

Segundo Gil (2002), a principal característica da pesquisa descritiva é expor as peculiaridades de uma determinada população. Este trabalho pretende analisar e descrever os aspectos relacionados à utilidade da informação contábil no meio empresarial, a fim de constatar qual a importância atribuída aos relatórios contábeis nos processos decisórios, sem a intenção de atribuir opiniões aos resultados, tampouco rotular como certo ou errado qualquer das respostas obtidas no levantamento, realizado em forma de questionário.

Os resultados seguem apurados por uma abordagem qualitativa. Segundo Beuren et al. (2003), a abordagem qualitativa é muito utilizada em pesquisas relacionadas à contabilidade, uma vez que essa abordagem é adequada para a compreensão dos fenômenos sociais abordados e promove mais aprofundamento sobre as temáticas apresentadas, seja no âmbito teórico ou prático. De acordo com Richardson et al. (2012), a abordagem qualitativa também é muito relevante para compreender problemas que podem ser investigados por diferentes enfoques, promovendo mais abrangência ao estudo desses fenômenos.

Quanto à coleta de dados, utiliza-se uma revisão bibliográfica para embasar a fundamentação teórica e um levantamento para a coleta de dados a serem analisados. Segundo Fontenelles, Simões, Farias e Fontenelles (2009), a revisão bibliográfica tem como primeiro objetivo integrar o aluno aos aspectos do tema em questão, aprofundando o seu conhecimento e promovendo a reflexão sobre a ótica de diversos autores. Também assume a função de inserir o leitor no contexto científico e atualizá-lo das últimas indagações sobre o tema em estudo. Ainda de acordo com Fontenelles, Simões, Farias e Fontenelles (2009), uma pesquisa de levantamento se caracteriza por utilizar questionários e/ou entrevistas a fim de questionar diretamente o efeito do objeto da pesquisa na população que se pretende estudar.

A população da pesquisa é composta por Gestores de Microempresas e pequenas empresas da Região Metropolitana de Campinas. Um questionário com dez perguntas fechadas e duas perguntas abertas foi enviado via e-mail para 48 gestores de Micro e Pequenas Empresas, clientes de dois escritórios contábeis na Região Metropolitana de Campinas. O questionário ficou disponível para respostas por 34 dias. De todos os respondentes em potencial procurados para responder o questionário, apenas 23 deram retorno, um percentual de 47,92%.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção contempla a descrição e análise dos dados da pesquisa. Inicialmente são apresentadas algumas características das empresas nas quais os respondentes exercem as funções gerenciais. Na sequência, são apresentadas as atividades mais solicitadas pelos gestores junto ao contador, a importância dada por esses gestores aos relatórios contábeis para a tomada de decisões, a periodicidade com que eles recebem informações de nível gerencial dos contadores, e as principais dificuldades na interpretação dos relatórios.

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa é composta por 23 Gestores de Microempresas e Pequenas Empresas da Região Metropolitana de Campinas. O critério adotado para escolha dos respondentes implica que o pesquisado exerça a função de gestor da organização, seja como administrador, gerente, sócio ou proprietário. Esse critério é justificado pelo interesse específico que esses indivíduos possuem sobre os relatórios contábeis.

Dentre as empresas que participaram do questionário, representadas por seus gestores, 10 são do ramo de serviços, 7 empresas são do ramo do comércio, 4 são Indústrias e 2 empresas são do comércio e serviço.

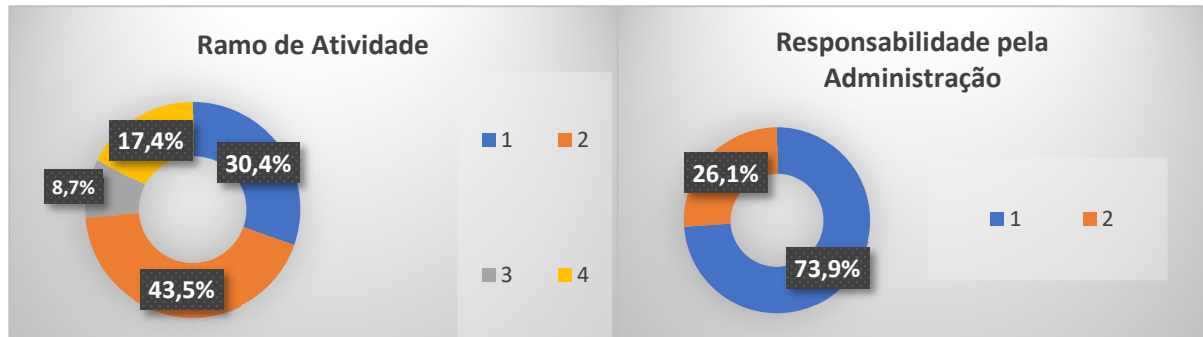


Figura 1: Ramos de Atividade/Responsabilidade pela Administração.

Fonte: elaborado pelos autores.

Pelos números apresentados na Figura 1, é possível fazer relação com o artigo do SEBRAE & FGV (2020), no que se refere ao destaque que as Micro e Pequenas Empresas do ramo de Comércio e de Serviços assumem na composição do PIB brasileiro, uma vez que, juntas, representam 73,9% do total de respondentes da pesquisa. As Indústrias tiveram uma representação de 17,4%, enquanto as empresas que são do Comércio e Serviços foram representadas por 8,7% da população da pesquisa. Vê-se também que 73,9% das empresas são administradas por seus proprietários/sócios, seguindo o que afirma Crepaldi (2012).

4.2 ATIVIDADES SOLICITADAS PELA EMPRESA JUNTO AO CONTADOR

É comum que o contador assuma diversos papéis além dos que são relacionados a gestão dentro das empresas, e muitas vezes é tido como o responsável pelos impostos, apenas. No intuito de se levantar quais são as atividades mais requisitadas pelos gestores junto ao contador, foi apresentado na figura 2 algumas das principais atividades relacionadas ao planejamento, gestão, serviços administrativos e aspectos tributários, a fim de constatar a aplicabilidade da contabilidade dentro do ambiente organizacional.

	Marcaram esta opção	%
Elaboração das Demonstrações Contábeis e Livros	23	100%
Regulamentações legais em órgãos públicos	22	95,65%
Enviar declarações fiscais e emitir certidões negativas	22	95,65%
Recolhimento de Impostos	19	82,61%
Folha de pagamento/Encargos trabalhistas	16	69,57%
Emissão de Notas Fiscais	16	69,57%
Serviços administrativos não contábeis	14	60,87%
Auxílio na interpretação das Demonstrações Contábeis	11	47,83%
Planejamento tributário	8	34,78%
Sugestões para tomada de decisão	7	30,43%
Planejamento estratégico	6	26,09%
Contabilidade de custos	5	21,74%
Controle de estoque	4	17,39%
Realização de orçamentos	3	13,04%

Figura 2: Atividades requisitadas pelos gestores junto aos contadores.

Fonte: elaborado pelos autores.

Vê-se na Figura 2 que a atividade mais requisitada pelos gestores junto ao contador é a elaboração de relatórios (100%), porém apenas 47,83% destes procuram o contador para auxílio na interpretação dos mesmos, e apenas 30,43% pedem sugestões para tomar alguma decisão para o negócio. Seguindo o pensamento de Pinto et al. (2018), e embasado nos números obtidos na pesquisa, é possível confirmar que as empresas recorrem ao contador para auxiliar em diversos aspectos, mas a maioria dos gestores ainda não se interessa em engajá-lo nos processos de gestão. Algumas atividades que tiveram bastante destaque percentual são as que normalmente já são associadas à figura do contador, como representações nas juntas comerciais (95,65%), envio de declarações (95,65%), recolhimento de impostos (82,61%), aspectos relacionados à folha de pagamentos (69,57%), emissão de Notas Fiscais (69,57%) e outros serviços administrativos (60,87%).

De acordo com o SEBRAE (2016), algumas empresas são frágeis pela forma com que foram constituídas e são geridas, o que aumenta a chance de fracasso do negócio. Vê-se nos resultados da pesquisa que um número considerável de gestores recorrem a contabilidade para fazer planejamento tributário (34,78%), planejamo estratégico (26,09%), contabilidade de custos (21,74%) e realização de orçamentos (13,04%), entretanto esses percentuais são ínfimos levando em consideração o ambiente competitivo em que estão inseridos, onde diferenciais estratégicos e de gestão são vitais para a continuidade empresarial.

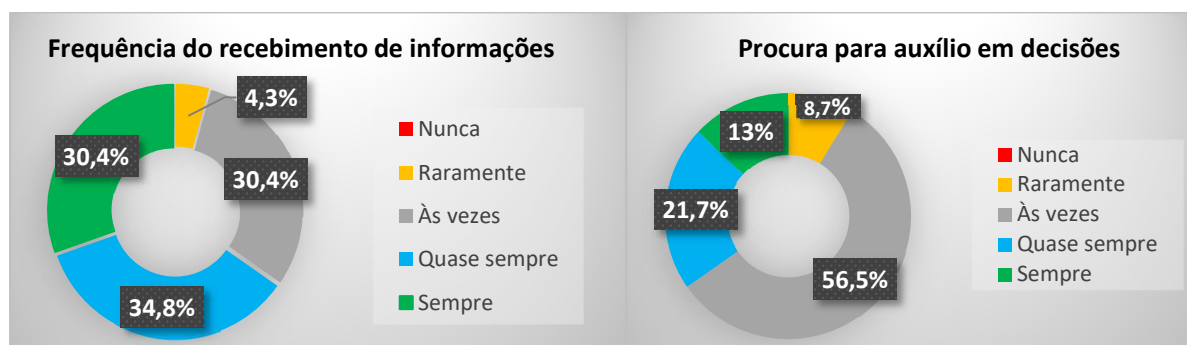


Figura 3: Frequência do recebimento de informações/Procura para auxílio em decisões

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 3, é possível notar que os escritórios contábeis disponibilizam com frequência informações de cunho gerencial aos gestores, confirmando a afirmação de Fonseca, Taroco, Nazareth e Ferreira (2014) em relação à importância de se ter agilidade, comprometimento e organização por parte do contador na disponibilização de informações. Dessa forma, pode-se constatar que há bom nível de satisfação por parte dos gestores sobre a presença do contador no dia a dia das empresas.

Além disso, nota-se que, com as informações em mãos, há um percentual expressivo de gestores que procuram o contador no intuito de buscar ideias que contribuam para o melhor desempenho da empresa, sendo que 13% sempre buscam contribuições e 21,7% quase sempre buscam ajuda. No entanto, também há aqueles que não demonstram interesse buscar contribuições do contador nos processos decisórios, sendo que 56,5% às vezes buscam o contador para auxílio, e 8,7% raramente buscam contribuições, como afirma Pinto et al. (2018), em relação ao fato de que grande parte das empresas apenas utilizam a contabilidade e seus recursos diante da obrigatoriedade imposta pela legislação, e embora tenham um profissional contábil à disposição, não se interessam em atribuir-lhe funções relacionadas ao controle organizacional ou na elaboração de relatórios que auxiliem no processo de gestão.

4.3 RELATÓRIOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Diante da não obrigatoriedade de publicação das Demonstrações Contábeis para as Micro e Pequenas Empresas, foram explanados cinco dos relatórios mais comuns e úteis para a gestão de empresas de menor porte, deixando um campo aberto para que o respondente acrescentasse algum relatório extra que ele utiliza, e não foi listado. Na figura 4 estão expostos os dados obtidos sobre essa temática.

	Marcaram esta opção	%
Balanco Patrimonial - BP	21	91,30%
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	21	91,30%
Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC	14	60,87%
Demonstrativos sobre custos de produtos/serviços	7	30,43%
Inventário de Estoques	7	30,43%
Outros	-	-

Figura 4: Relatórios mais utilizados pelas empresas.

Fonte: elaborado pelos autores.

Confirmando o que expõe o CFC & SEBRAE (2002), as empresas não obrigadas a publicar as suas demonstrações geralmente elaboram apenas o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, sendo que apenas essas duas demonstrações não são suficientes para suprir todas as necessidades de informação em uma organização. A Demonstração de Fluxo de Caixa é utilizada por 60,87% dos gestores, enquanto Demonstrativos sobre custos de produtos/serviços e Inventários para controle de estoques são utilizados por apenas 30,43% das empresas, um número relativamente baixo devido à relevância que elas podem assumir para fins gerenciais, principalmente para análises de liquidez, projeções de caixa, capacidade e/ou necessidade de contrair recursos de terceiros, elaboração de preços de venda, controle de gastos e etc.

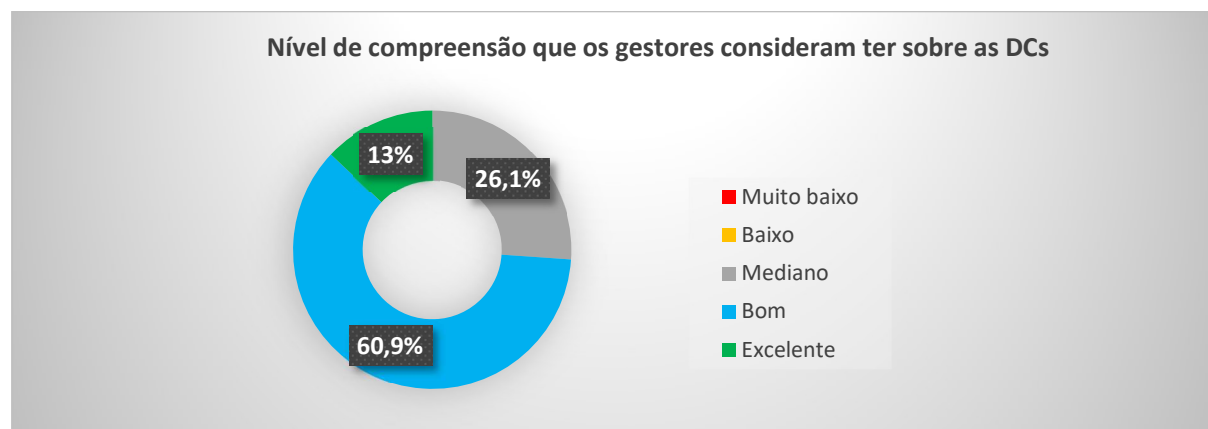


Figura 5: Nível de compreensão dos gestores sobre as Demonstrações Contábeis.

Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo a auto-avaliação dos respondentes, explanado na Figura 5, o nível de compreensão que eles possuem sobre as Demonstrações Contábeis é relativamente alto, levando em consideração que a minoria tem alguma especialização na área contábil. Isso vai ao encontro a afirmação de Nascimento e Reginato (2007), sobre a relevância de se ter

conhecimento e preparo para bem administrar as empresas frente às contínuas mudanças que ocorrem no ambiente organizacional, que dificultam o controle do patrimônio.

Embora o nível de compreensão das demonstrações seja bom, alguns elementos ainda podem ser limitações para os gestores. Na Figura 6, vê-se que os termos contábeis são os maiores motivos de dificuldade na leitura de um relatório (78,26%), seguidos pela disposição que os elementos ficam expostos neles (60,87%). Marion (2012), ressalta que a assessoria contábil é fundamental para dirimir as dúvidas nesses aspectos técnicos para que haja entendimento sobre eles.

	Marcaram esta opção	%
Linguagens e termos técnicos	18	78,26%
Forma com que os dados são expostos nos relatórios	14	60,87
Falta de mensagens claras	5	21,74
Indisponibilidade do contador	1	4,35%
Outro	-	-

Figura 6: Dificuldades para a compreensão das Demonstrações Contábeis.

Fonte: elaborado pelos autores.

Mesmo que reconhecida a relevância das informações contábeis para a gestão, os resultados demonstrados na Figura 7 evidenciam que os gestores embasam suas decisões, normalmente, na sua experiência pessoal (82,61%) confirmando o que disse Wahlmann (2003), que alguns empreendedores se baseiam em uma qualificação adquirida pela experiência, e não em técnicas baseadas no conhecimento científico. Apenas 56,52% dos respondentes embasam com frequência suas decisões em informações provenientes dos relatórios contábeis. Cavalcante (2017), condiciona o bom desempenho das organizações à interpretação das demonstrações contábeis, uma vez que a avaliação dos resultados possibilita aos gestores maior certeza quanto as decisões tomadas, seja na área operacional e de vendas, quanto em necessidades de investimentos ou financiamentos, e etc.

	Marcaram esta opção	%
Experiência pessoal, adquirida pela vivência no mundo dos negócios	19	82,61%
A concorrência e o mercado servem de parâmetro para as decisões	15	65,22%
Através de informações extraídas dos relatórios contábeis	13	56,52%
Através do feedback dos clientes	5	21,74%
Outro	-	-

Figura 7: Bases para as tomadas de decisão.

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com os dados expostos na Figura 8, apenas dois dos vinte e três gestores possuem formação na área contábil, sendo que a grande maioria dos gestores dizem não ter tempo para buscar conhecimento sobre a contabilidade ou demais áreas administrativas. Crepaldi (2012), afirma que a busca por aprendizado é fundamental para obter sucesso em meio à concorrência, portanto esse é um aspecto que precisa ser trabalhado na mentalidade dos gestores para que os resultados sejam maximizados.

	Marcaram esta opção	%
Falta de tempo	18	78,26%
Não tenho interesse	4	17,39%
Poucos materiais ou cursos voltados para a iniciação contábil	2	8,70%
Pouca interação com o contador	0	0%
Outros (questão aberta)	3	13,04%
• Graduado na área contábil	2	
• Não se atrai pela área contábil	1	

Figura 8: Bases para as tomadas de decisão.

Fonte: elaborado pelos autores.

É inquestionável que o conhecimento na área do negócio contribui de forma significativa na gestão empresarial. No entanto, Crepaldi (2012) resalta a necessidade da busca de conhecimento técnico em aspectos financeiros, econômicos e de gestão, sendo necessária a busca constante de educação continuada, independente da disponibilidade de tempo. Infelizmente a Figura 8 apresenta um percentual de 78,26% de gestores que não tem tempo para essa atividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar a utilidade dada pelos empresários/gestores às informações provenientes dos relatórios contábeis, tal como destacar o papel que o contador assume quanto ao auxílio na sua interpretação. A partir dos conceitos abordados na fundamentação teórica aliados aos resultados obtidos através do questionário, pôde-se chegar a algumas considerações sobre o tema.

Nota-se que, como era esperado, o contador realiza muitos serviços burocráticos, fiscais e relacionados ao pessoal de apoio dessas organizações. De forma geral, também há um bom engajamento do contador com os gestores no que se refere a troca de informações de nível gerencial, no entanto, aspectos relacionados a realização de planejamento preventivo (tributário, estratégico e orçamentário) ainda não é muito requisitado pelos gestores.

Observou-se que os gestores, em sua maioria, consideram que as informações contábeis são importantes no processo decisório, no entanto, a maioria respondeu que a experiência pessoal adquirida pela vivência no mundo empresarial justifica a maioria das decisões que são tomadas. É importante ressaltar que esse panorama nada tem a ver com o serviço que é oferecido pela contabilidade, uma vez que os gestores recebem relatórios periodicamente do escritório contábil, que se mostram disponíveis para auxílio na interpretação dos mesmos e na sugestão de decisões.

Por fim, no que se refere ao preparo técnico dos gestores para a condução de uma empresa, viu-se que a maioria não busca conhecimento sobre as áreas financeiras, seja por falta de tempo ou de interesse. Naturalmente que a experiência pessoal, o mercado e os clientes podem ser utilizados como base para algumas decisões específicas, mas quando se fala na proteção do patrimônio e em objetivos de expansão, a contabilidade deve assumir um lugar de destaque maior.

Como limitações para a realização do trabalho, destacam-se a pequena quantidade de gestores interessados em se engajar com a pesquisa. Mesmo que houvesse pouca demanda de tempo para responder as questões indagadas, não pedindo informações confidenciais e não sendo necessário se identificar, apenas 23 dos 48 gestores que foram procurados responderam

o questionário, um percentual de 47,92% de retorno. Outro aspecto limitante foi que a pesquisa foi aplicada em um período pandêmico, o que prejudicou a procura por respondentes de forma presencial.

Como a pesquisa foi realizada por meio de um questionário, sem interação pessoal com os gestores, as respostas obtidas são curtas e sem muito aprofundamento. Dessa forma, a realização de entrevistas com gestores de Micro e Pequenas Empresas se mostram interessantes para captar aspectos mais pessoais e didáticos, podendo inclusive ser feito com uma população de pesquisa menor.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. M.** (2006). Introdução à metodologia do trabalho científico. (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Assaf, A., Neto,** (2002). Estrutura de análise de balanços (7a ed.). São Paulo: atlas.
- Assaf, A., Neto,** (2003). Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M., Longaray, A. A., Raupp, F.M., Sousa, M. A. B., Colauto, R. D., Porton, R. A. B.** (2003). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Cavalcante, F.** (2017). Demonstrações contábeis: elaboração e análise. Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/59942723/analise-demonstracoes-contabeis-2017>
- Conselho Federal de Contabilidade, & Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** (2002). Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas (5a ed.). Brasília-DF. Recuperado de <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ManuMicro.pdf>
- Crepaldi, S. A.** (2012). Contabilidade Gerencial: teoria e prática (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Everton, A., Jr.** (2017). MPE. Avanços importantes para as micro e pequenas empresas. Confederação Nacional de Comércio de bens, serviços e turismo. Rio de Janeiro-RJ. Recuperado de <https://www.fecomerciomg.org.br/2018/01/cnc-publica-estudo-sobre-micros-e-pequenas-empresas/>
- Fernandes, F. C., Klann, R. C., & Figueredo, M. S.** (2011). A Utilidade da Informação Contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. Contabilidade Vista & Revista, 22(3), 99-126. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/619>
- Fernandes, L. A., Gomes, J. M. M.** (2003). Relatório de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. Revista ConTexto, 3(4) 1-23. Porto alegre. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11638/6840>
- Fonseca, R. A., Taroco, J. S., Nazareth, L. G. C., & Ferreira, R. N.** (2014). A importância do contador nas organizações. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Resende, Rio de Janeiro, 11. Recuperado de <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32720337.pdf>
- Fontenelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H. & Fontenelles, R. G. S.** (2009). Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. Revista Paraense de Medicina, 23(3), 1-8. Recuperado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=588477&indexSearch=ID>
- Franco, H.** (1950). Fundamento Científico da Contabilidade. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical.
- Franco, H.** (1997). Contabilidade geral (23a ed.). São Paulo: atlas.
- Gil, A. C.** (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Ianni, O.** (2007). A era do globalismo. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.
- Kassai, S.** (1997). As empresas de pequeno porte e a contabilidade. Caderno de Estudos, (15), 01-23. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-92511997000100004>

Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp155.htm#art1

Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm

Marion, J. C. (2012). Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. (7ª Ed.). São Paulo: atlas.

Monteiro, J., & Barbosa, J. (2011). Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. Revista da micro e pequena empresa, 5(2), 38-59. Recuperado de <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/194>

Moraes, R. C., & Oliveira, W. A. (2011). A importância da gestão financeira nas empresas. Revista científica do Centro Universitário de Araras, 5(1), 51-58. Recuperado de http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol5_n1_2011/5_a_importancia_da_gestao.pdf

Noble, H. S. (1956). Princípios de contabilidade. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Rio.

Pereira, P. T. V. (2019). Microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual: diferenças e característica. [Sebrae]. Recuperado de <https://blog.sebrae-sc.com.br/epp-microempresa-mei/>

Pinto, R. O., Lameu, E. V. M., Lima, F. M. C., Menezes, F. S., Menezes, B. S., Santos, S. M., & Menezes, B. S. (2018). Contabilidade gerencial: o uso nas micro e pequenas empresas do município de Ibicuitinga/CE. Revista expressão católica, 7(2), 35-42. Recuperado de <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/2147>

Queiroz, L. M. N. (2005). Investigação do uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas da região do Seridó Potiguar. (Dissertação de mestrado). UnB, UFPB, UFPE, UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado de http://ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_060.pdf

Reginato, L., & Nascimento, A. M. (2007). Um estudo de caso envolvendo Business Intelligence como instrumento de apoio à controladoria. Revista Contabilidade & Finanças, 18(spe), 69-83. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300007>

Resolução CFC n. 1.330, de 18 de março de 2011. Revoga as Resoluções CFC nºs 563/1983, 596/1985, 597/1985, 612/1985, 684/1990, 685/1990, 790/1995, 848/1999 e 1.115/2007, publicadas no DOU, Seção 1, de 30.12.1983, 29.07.1985, 29.07.1985, 21.01.1986, 27.08.1991, 27.08.1991, 18.12.1995, 12.07.1999 e 19.12.2007, respectivamente. Recuperado de https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-1330-2011_113861.html

Resolução CFC n. 1.374, de 16 de dezembro de 2011. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Recuperado de <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1374-2011.htm#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CFC%20N%C2%BA%201.374%2C%20DE%2008%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202011&text=D%C3%A1%20nova%20reda%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20NBC,Divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%20Relat%C3%B3rio%20Cont%C3%A1bil%20Financeiro.>

Richardson, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., Peres, M. H. M. (2012). Pesquisa social: Métodos e técnicas. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Sá, A. L. (1994). Novo conceito de patrimônio em contabilidade. Contabilidade vista & revista, 2(1), 26-30. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24911/novo-conceito-de-patrimonio-em-contabilidade>

Schmidt, P. (2000). História do pensamento contábil. Porto Alegre: Bookman.

- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** (2008). Empreendedorismo no Brasil. Brasília/DF: Autor. Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2008.pdf>
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** (2014). Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. Brasília/DF: Autor. Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** (2016). Sobrevivência das Empresas no Brasil. Brasília/DF: Autor. Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** (2020). Atualização de estudo sobre a participação de Micro e Pequenas empresas na economia nacional. Brasília/DF: Autor. Recuperado de <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-Participa%C3%A7%C3%A3o-mpe-pib-Na.pdf>
- Wahlmann, G. C.** (2003). Um estudo exploratório sobre a atividade de controladoria nas Microempresas na cidade de Ubatuba. São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. Recuperado de http://legado.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/7/gabriela_Mono_7.pdf